



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de material permanente (equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, equipamentos de informática e mobiliário infantil), destinados ao atendimento das necessidades das unidades da Rede Municipal de Ensino do Município de General Maynard/SE, conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo.
- 1.3. Natureza do objeto: Comum
- 1.4. Critério de julgamento: Menor preço por item
- 1.5. Modo de disputa: Aberto
- 1.6. Considerando tratar-se de contratação de baixa complexidade e com objeto padronizado no mercado, nos termos do art. 18, §2º da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar foi simplificado, estando suas premissas incorporadas ao presente Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Educação de General Maynard, por meio das unidades escolares apresentam insuficiência e desgaste do mobiliário e dos equipamentos atualmente disponíveis, muitos dos quais encontram-se inadequados às normas de ergonomia, segurança e acessibilidade, comprometendo o conforto de alunos e servidores, bem como o adequado desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

A demanda foi identificada por meio de levantamento realizado junto às unidades escolares da rede municipal, que apontaram a necessidade de substituição e ampliação do mobiliário e equipamentos pedagógicos, em razão do desgaste natural dos bens existentes e da ampliação das atividades educacionais, especialmente no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

Dessa forma, faz-se necessária a aquisição de mobiliário e equipamentos escolares novos, adequados às faixas etárias atendidas e às exigências legais vigentes, a fim de garantir ambientes escolares mais seguros, funcionais e apropriados ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando melhores condições de trabalho aos profissionais da educação e de permanência aos estudantes.

3. MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação

4. DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	V. MÉD	V. MÉD.
------	----------------------	-----	-----	--------	---------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

				UNIT.	TOTAL
1.	BEBEDOURO DE COLUNA: bebedouro elétrico de coluna em aço ou plástico, com suporte para garrafão de 20 litros, torneiras para água gelada e natural. Termostato frontal com controle gradual de temperatura (de 5C a 15C), refrigeração por compressor, com capacidade mínima de refrigeração de 3L/H(litros/hora), potência de 97W. Com alças lateais para melhor manuseio, ecoeficiência energética certificada pelo INMETRO. Altura: entre 950 e 1100MM; Largura: entre 260 e 320MM; Profundidade: entre 300 e 385MM. Tensão: 127V, cor branca. Garantia de 12 meses.	UND	1	1.259,00	1.259,00
2.	BEBEDOURO INDUSTRIAL com capacidade mínima de 50 litros, estrutura em aço inox, reservatório interno em aço inox, sistema de refrigeração por compressor, mínimo de duas torneiras, tensão 127V ou bivolt e garantia mínima de 12 meses.	UND	1	1.511,15	1.511,15
3.	CERCADO INFANTIL PORTÁTIL , com colchão indicado para crianças de 0 a 24 meses, com capacidade mínima de suporte de até 15 kg. Estrutura em tubos metálicos ou material equivalente de alta resistência, com sistema dobrável ou desmontável. Laterais em tela respirável que permita ventilação e visibilidade. Bordas superiores acolchoadas e revestidas com material lavável e atóxico. Dimensões aproximadas entre 100 e 150 cm de comprimento, 80 a 120 cm de largura e altura mínima de 65 cm. Deve possuir travas de segurança, base estável com apoio antiderrapante e sistema que impeça fechamento acidental. Produto com certificação do INMETRO (quando aplicável) e garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UND	30	407,02	12.210,60
4.	FREEZER HORIZONTAL 2 TAMPAS 520 L- 4 Pés congelamento rápido dreno frontal: Armazenamento liquido: 520L capacidade bruta: 526L dimensões aproximadas do produto (LxAxP): 147,3 x 96x78 cm peso liquido: 79,0kg	UND	1	4.380,33	4.380,33
5.	GELADEIRA/REFRIGERADOR - Modelo: tecnologia: Frost Free; Tensão: 127 volts; Capacidade Total: 429 a 459 litros; Classificação Energética: A; Garantia do Fornecedor de no mínimo de 12 meses. COR BRANCA	UND	1	3.718,89	3.718,89
6.	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL é uma multifuncional tanque de tinta compacta que proporciona baixo custo de impressão com alto rendimento, além de imprimir em frente e verso automático e possuir alimentador automático de folhas. Com o único sistema tanque de tinta 100% sem cartucho*, imprime até 7.500 páginas em preto ¹ ou 6.000 páginas coloridas ¹ com a maior resolução de impressão da categoria. Com Wi-Fi Direct integrado ⁶ , imprime sem fios diretamente de seu smartphone, tablet ou PC. Com conexão Ethernet, permite a utilização em	UND	3	1.882,09	5.646,27



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

	ambientes de rede.				
7.	KIT CAIXA AMPLIFICADA PROFISSIONAL 8 1000w Bluetooth Mixer Cor Preto 110v/220v. Características Principais: Potência de KIT CAIXA AMPLIFICADA PROFISSIONAL 8 1000w Bluetooth Mixer Cor Preto 110v/220v. Características Principais: Potência de 1000W: Ideal para apresentações ao vivo, eventos e instalações de som profissionais. Conectividade Bluetooth: Permite conectar dispositivos móveis e reproduzir música sem fio. Mixer Integrado: Oferece controle sobre os níveis de áudio e permite conectar múltiplos dispositivos. Cor Preto: Design elegante e profissional. Compatibilidade com 110v/220v: Pode ser usado em diferentes tensões elétricas.	UND	1	1.454,99	1.454,99
8.	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL- com copo em inox, capacidade 02 litros, motor 2/3 HP, bivolt 110 e 220 V, lâminas de corte em aço inox reforçados, pés de borracha anti vibração	UND	2	417,66	835,32
9.	MICROFONE VOCAL profissional com fio, tipo dinâmico, padrão polar cardioide, resposta de frequência aproximada de 50Hz a 15kHz, impedância aproximada de 300 ohms, conexão XLR, cabo mínimo de 3 metros.	UND	2	169,23	338,46
10.	PROJETOR DE MULTIMIDIA (DATA SHOW): data show: projetor de teto e mesa. sistema de projeção: tecnologia 3lcd, resolução: 1280x1024 xga. luminosidade: 3000 ansi lumens. taxa de contraste: 3000:1.lâmpada: 210w.imagem hdtv ready. tamanho da imagem; 30 a 300 polegadas. correção de trapézio: vertical: -30º a 30º. sistema de som embutido: 10w x 1 mono. faixa de zoom aproximado: manual aprox. 1.3 x. Conexões: vídeo composto, s-vídeo, vídeo rgb/componente, HDMI, usb, áudio estéreo, conexão para pc, conexão para dvd. controle remoto 210 v ou bivolt. bolsa de transporte (1), tampa de lente, cabos para conexões. trava antifurto Kensington. Dimensões aproximadas (lxaxp): 313x129x278mm	UND	2	3.043,04	6.086,08
11.	QUADRO BRANCO: para escrita, marcador de quadro, tela em chapa de fibra de madeira moldura em alumínio, porta marcador quadro branco: para escrita, marcador de quadro, tela em chapa de fibra de madeira moldura em alumínio, porta marcador e apagador tamanho aproximado 150x120. Total	UND	10	296,81	2.968,10
12.	SUPORTE PARA TV: Suporte de televisão, fixo, de parede compatível com televisão Smart TV led 32. Garantia de 12 (doze) SUPORTE PARA TV: Suporte de televisão, fixo, de parede compatível com televisão Smart TV led 32. Garantia de 12 (doze) meses.	UND	5	137,07	685,35
13.	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL ELÉTRICA: 120 (4:3) e 110 (16:9) formato: 4:3 (120) e 16:9 (110) cor das bordas: preta cor do produto: branca, voltagem: 110v consumo	UND	1	666,26	666,26



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

	(em funcionamento): 25w (poderá utilizar um conversor simples para 220v) acompanha controle remoto				
14.	Smart TV LED 32 polegadas , resolução mínima HD ou Full HD, 2 entradas HDMI, 1 USB, Wi-Fi integrado, tensão bivolt	UND	2	1.241,08	2.482,16

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sustentabilidade

5.1.1 Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme for aplicável.

5.2 Da Subcontratação

5.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 Garantia da contratação

5.3.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelas razões constantes no ETP, anexo deste TR.

6. CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

6.2 DO PROCEDIMENTO DA DISPENSA ELETRONICA

A contratação será realizada por meio de Dispensa na forma Eletrônica, com disputa de lances, nos termos do art. 75, inciso II e §3º da Lei nº 14.133/2021, em razão da utilização de recursos federais transferidos a Secretaria Municipal de Educação

Publicação

O Aviso de Dispensa será publicado:

- No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- No sítio eletrônico oficial do Município;
- Pelo prazo mínimo legal de 3 (três) dias úteis para envio de propostas.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Fase de Lances

- Encerrado o prazo de apresentação de propostas, será aberta fase competitiva, na qual os fornecedores poderão apresentar lances sucessivos e decrescentes.
- O modo de disputa será aberto.
- A etapa de lances terá duração definida no Aviso, podendo ser prorrogada automaticamente caso haja lance nos instantes finais, conforme regulamento municipal.

Julgamento

- O julgamento das propostas ocorrerá pelo critério de menor preço por item, considerando o valor total ofertado para cada item constante da planilha deste Termo de Referência.

Negociação

- Encerrada a fase de lances, o agente de contratação poderá negociar eletronicamente com o primeiro classificado para obtenção de proposta mais vantajosa.

Habilitação

- A habilitação será verificada após a classificação da proposta mais vantajosa, conforme arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

Adjudicação e Homologação

Após a verificação da regularidade:

- O objeto será adjudicado ao vencedor;
- A autoridade competente homologará a contratação direta.

6.3 Forma de fornecimento

6.3.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

6.4 Exigências de habilitação

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.
 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.6 Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

6.7 Qualificação Técnica

- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

competente, quando for o caso.

- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - a. Identificação da empresa ou órgão contratante, bem como da empresa contratada, ambas com sua razão social, número do CNPJ e endereço;
 - b. Descrição dos serviços que foram realizados;
 - c. Período de execução dos serviços;
 - d. Assinatura do responsável legal.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7. DAS PENALIDADES

7. DAS PENALIDADES

7.1 O descumprimento ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Dispensa sem motivo justificado;

7.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

7.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste Termo de Referência, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 7.1.1 a 7.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 7.1.8 a 7.1.12;

1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.12 deste Termo de Referência;

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

7.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

7.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

7.6 É da competência a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Prestar todas as informações necessárias para que a FORNECEDORA possa fornecer dentro das especificações recomendadas.

b) Receber e atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio do Fiscal do contrato, indicado pela autoridade competente da Administração.

c) Efetuar o pagamento das notas fiscais correspondentes aos bens recebidos, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento das mesmas na Controladoria Interna Administrativa e Financeira.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os bens fornecidos com o especificado.
- e) Alocar recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato, efetuando os pagamentos em dia, e na forma convencionada.
- f) Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do contrato.
- g) Notificar a FORNECEDORA, caso se verifique alguma irregularidade ao presente Contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) O fornecimento deverá obedecer, rigorosamente, as especificações deste Termo de Referência e as demais instruções contidas no Edital do Processo Licitatório.
- b) Ressarcir eventuais solicitações voltadas ao saneamento das irregularidades verificadas durante a vigência do contrato.
- c) Observar rigorosamente as normas legais que regulamentam a prestação dos serviços e a aquisição dos produtos, em especial, o Código de Defesa do Consumidor - CDC, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões a que der causa.
- d) Fornecer conforme especificado pela Órgão requisitante, com base no resultado e homologação do procedimento licitatório;
- e) Manter durante a execução do objeto deste Termo de Referência às condições de habilitação e qualificação exigidas na fase licitatória.
- f) Apresentar Nota Fiscal/fatura na Órgão requisitante, discriminando os produtos adquiridos, bem como os quantitativos e seus respectivos valores conforme constam discriminados no contrato.
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato.
- h) Responder pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Órgão requisitante.
- i) FORNECEDORA se obriga a executar o objeto rigorosamente de acordo com o disposto na CLÁUSULA QUINTA.
- j) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Órgão requisitante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- k) A FORNECEDORA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre os produtos objeto deste Termo e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Órgão requisitante, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo Órgão requisitante no ato do pagamento.
- l) Caberá à FORNECEDORA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados no desempenho do serviço, ou em contato com eles nas dependências da Órgão requisitante.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1 Entrega e critérios de aceitação dos produtos
- 10.1.1 O objeto deverá ser executado no endereço indicado pela Órgão requisitante, através de ordem de fornecimento, no prazo máximo de 15 dias corridos após a solicitação do Órgão Requisitante
- 10.1.2 A Ordem de Fornecimento é o documento hábil para solicitar a entrega do material.
- 10.1.3 A partir do recebimento da respectiva solicitação, a FORNECEDORA estará autorizada a dar início a entrega do produto.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1.1 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

- 11.1.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 11.1.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simplesapostila.
- 11.1.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre queo ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.1.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.1.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 11.1.7A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 11.1.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 11.1.9 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 11.1.10 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato comunicará ao fiscal administrativo a necessidade de emissão de notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

- 11.1.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 11.1.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 11.1.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 11.1.14 O fiscal administrativo do contrato fará a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 11.1.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 11.1.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 11.1.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência
- 11.1.18 Quando for o caso, o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 11.1.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 11.1.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

12.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material, mediante termo circunstanciado, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2 DO PAGAMENTO

12.2.1 Deverá ser realizado o pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

12.2.2. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

12.2.3. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.2.3.1. Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados no item 12.1.3, o ente contratante deve dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente executados e, concomitantemente, notificar a Contratada para que apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo-lhe prazo específico para fazê-lo.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

12.2.3.2. Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item 12.2.3

12.2.3.3. Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.4. Não haverá pagamento antecipado.

12.2.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

12.2.5.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

13.1 Valor estimado da contratação é de R\$ 44.242,96 (quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois e noventa e seis centavos)

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

- a. Os recursos para pagamentos dos bens adquiridos, correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária indicada abaixo.

ORIGEM DO RECURSO	
Projeto/Ação	2038/2026 – ETI – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
Elemento de Despesa	4490.52.00.00
Fonte de Recurso	15690000

ORIGEM DO RECURSO	
Projeto/Ação	4030/2026 – PROGRAMA ALFABETIZAR PRA VALER
Elemento de Despesa	4490.52.00.00
Fonte de Recurso	15760000

ORIGEM DO RECURSO	
Projeto/Ação	2043/2026 – ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento de Despesa	4490.52.00.00
Fonte de Recurso	15001001



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

]
CLEVERTON DOS SANTOS MESSIAS. MAT: 0635
AGENTE ADMINISTRATIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TALITTA ALMEIDA DE SANTANA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DE ACORDO

ROBERTA MACIEL SANTOS SANTANA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO